



Parlamentares apontam avanços no Supersimples

Os deputados **Eduardo Sciarra (PR)** e **Guilherme Campos (SP)**, ex-líderes do PSD, apontaram os avanços da aprovação unânime em plenário, ontem (7), do texto-base do Projeto de Lei Complementar 221/12, que prevê a universalização do Simples Nacional (Supersimples), com a inclusão do setor de serviços no regime de tributação das micro e pequenas empresas.

“Vencemos uma etapa com a universalização de todas as categorias do simples, mesmo que nesse primeiro momento não se tenha um ganho tributário. Também avançamos com o fim da substituição tributária para a maioria dos setores que atuam dentro da categoria dos micro e pequenos empresários”, afirmou Sciarra. O fim da substituição tributária impede o recolhimento antecipado da alíquota cheia do ICMS pelas micro




Deputado Guilherme Campos (SP)

e pequenas empresas.

O texto aprovado também prevê a criação de uma nova tabela para serviços, com alíquotas que variam de 16,93% a 22,45%, de acordo com a receita bruta apurada anualmente. Entre os novos serviços que entram nesse regime de tributação estão os relacionados, entre outros, à medicina, advocacia, ar-

quitetura, engenharia, corretagem, psicologia, fisioterapia, jornalismo e publicidade. O único critério para aderir ao sistema será o faturamento, que pode chegar a R\$ 3,6 milhões por ano.

Para Campos, a proposta traz inovações, mas está longe do ideal. “Conseguimos uma vitória relativa. Ainda há muito por fazer. Temos os destaques para serem apreciados que precisam ser tratados com muita seriedade. Vamos continuar esse processo ao longo do ano e contamos com o compromisso do governo. Esperamos que o texto aprovado seja promulgado e ocorra uma nova análise das faixas de enquadramento, atualização das tabelas e reestudo dos sublimites estaduais”.

A votação, em plenário, dos destaques está prevista para a próxima semana. 

Bancada vota a favor do piso para agentes comunitários de saúde



Deputado Arolde de Oliveira (RJ)

“Estamos fazendo justiça. Os agentes estão inseridos nas comunidades levando alento e orientação

na área em que há maior desgaste nesse país, que é a saúde”. A afirmação foi feita pelo deputado **Arolde de Oliveira (RJ)**, vice-líder do PSD, ao destacar a posição favorável do partido na votação em plenário, nessa quarta-feira (7), do Projeto de Lei 7.495/06, do Senado. A medida fixou em R\$ 1.014,00 o piso nacional para os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias com jornada de 40 horas semanais.

A partir de 2015, será aplicado aumento real equivalente à variação positiva do Produto Interno Bruto (PIB) apurado para o segundo ano anterior ao de vigência do reajuste.

Os valores também serão corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Ainda de acordo com o texto aprovado, a jornada de trabalho deverá ser integralmente dedicada a ações e serviços de promoção da saúde, vigilância epidemiológica e combate a endemias junto às famílias e comunidades assistidas.

“Os agentes vão adicionar qualidade nessa área tão importante na vida da nossa população. É um ato de responsabilidade para com o país”, concluiu Arolde.

A proposta retorna para nova apreciação do Senado devido às mudanças feitas pela Câmara.

Fábio Faria garante ampliação de auxílio emergencial para vítimas de desastres naturais



Deputado Fábio Faria (RN)

O relator da Medida Provisória 635/13, deputado Givaldo Carimbão (Pros-AL), acatou, nessa quarta-feira (7), emenda do segundo vice-presidente da Câmara, depu-

tado **Fábio Faria (RN)**, que amplia o Auxílio Emergencial Financeiro às vítimas de desastres naturais, como a seca.

Conforme proposta de Faria, serão pagas parcelas de R\$ 80 mensais, de maio a dezembro deste ano, por família, relativas a desastres ocorridos em 2012. “Fico muito feliz ao ver a incorporação dessa emenda à MP. Estamos preocupados em oferecer apoio às milhares de famílias de pequenos agricultores que tiveram grandes prejuízos devido à falta de chuvas, especialmente na região Nordeste, o que poderá estimulá-los a permanecer no campo”, avaliou.

A MP 635/13, entre outros assuntos, também aumenta o valor do benefício garantia-safra para

o período 2012-2013. Trata-se de um seguro que garante renda aos agricultores familiares de municípios que perderam parte da produção devido à seca ou ao excesso de chuva. O texto assegurará um acréscimo na cobertura de R\$ 155 mensais, por família, até agosto de 2014, a contar da última parcela prevista para ser paga originalmente.

Com a medida, serão beneficiados 686 mil agricultores familiares, de 664 municípios que perderam a safra 2012-13. A estimativa do governo é um custo adicional de R\$ 312,5 milhões. O relatório final da MP 635, que tem validade até 2 de junho, está sendo apreciado em comissão especial e seguirá para o plenário.*

Guilherme e Danrlei apoiam proposta de renegociação de dívidas de clubes de futebol

Os deputados **Guilherme Campos (SP)**, ex-líder do PSD, e **Danrlei de Deus (RS)** foram unânimes ao afirmar que, com a aprovação da lei que trata das dívidas dos clubes, será preciso uma gestão de qualidade e responsabilidade fiscal, principalmente nos times de futebol. Os parlamentares foram favoráveis ao relatório aprovado na comissão especial que analisou o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos (Proforte) previstos nos PLs 5.201/13 e 6.753/13, ontem (7). Pela proposta, os clubes esportivos são obrigados a apresentar a Certidão Negativa de Débitos (CND) com a União para participar de competições oficiais. Caso não ocorra, o time será rebaixado automaticamente para a série inferior.

“A partir dessa sanção é que teremos o efetivo pagamento e a moralização do futebol brasileiro. Se não tiver uma boa gestão para

poder manter seus impostos e demais contas em dia, o clube será punido com o rebaixamento e aí terá que correr atrás do prejuízo”, justificou Campos.

Para Danrlei, a nova regra obriga os times a fazer contratações de acordo com o orçamento disponível. “Isso permitirá com que todos os clubes voltem ao mesmo patamar. Porque, atualmente, aqueles clubes que são corretos e pagam em dia tem menos dinheiro para contratar atletas. Já aqueles que não pagam aquilo que devem, principalmente ao governo federal, contratam bons jogadores e saem com vantagem”, afirmou.

Guilherme Campos destacou que apresentará duas emendas em plenário para pontos considerados importantes, mas que não foram contemplados no relatório. Uma delas prevê que ao menos 20% dos valores recebidos de



Deputado Danrlei de Deus (RS)

patrocínio de empresas públicas federais ou com participação da União deverão ser destinados à quitação das parcelas finais dos débitos parcelados.

Outro ponto aprovado cria o fundo de iniciação esportiva para dar oportunidade às crianças e jovens na atividade profissional. A proposta será analisada pelo plenário da Câmara.



Junji: imigrantes que chegaram em 2013 poderão requerer registro provisório



Deputado Junji Abe (SP)

Os imigrantes que entraram no país até junho de 2013 e ainda estão na ilegalidade poderão requerer o registro provisório. O Projeto de Lei 6.300/13, do deputado **Junji Abe (SP)**, foi aprovado, nessa quarta-feira (7), na Comissão de Relações Ex-

teriores e Defesa Nacional (CREDN). Atualmente, a legislação garante o direito ao benefício apenas aos estrangeiros que chegaram ao Brasil até 1º de fevereiro de 2009.


“O registro provisório terá prazo de dois anos. Faltando 90 dias para expirar esse prazo, o imigrante pode requerer a estada permanente comprovando os requisitos da Lei 11.961/09, que dispõe sobre o tema”, justificou Junji.

Segundo o parlamentar, somente na cidade de São Paulo, existem cem mil imigrantes irregulares, vítimas de abusos e de diversas condutas criminosas. A principal preocupação de Junji é com o trabalho escravo e o tráfico de pessoas.

“Em virtude da situação precária em que vivem, além de não contar com as garantias constantes das

normas trabalhistas e previdenciárias, são frequentemente explorados por pessoas inescrupulosas, que os obrigam a trabalhar muitas horas além da jornada permitida, não raro em condições insalubres e sem os equipamentos de segurança exigidos pelo Estado”, disse o deputado.

Entre as exigências para solicitar registro permanente estão o exercício de profissão, emprego lícito ou a propriedade de bens suficientes à manutenção própria e da sua família; inexistência de débitos fiscais e de antecedentes criminais no Brasil e no exterior; e não ter se ausentado do território nacional por prazo superior a 90 dias consecutivos durante o período de residência provisória.

A matéria segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). 

Lei das Antenas segue para o Senado

O deputado **Arolde de Oliveira (RJ)** comemorou, ontem (7), a aprovação pela Comissão Especial de Proteção à Saúde e ao Meio Ambiente, do projeto que cria regras para instalação de antenas em todo o país, conhecido como Lei Geral das Antenas (PL 5.013/13).

Para Arolde, os municípios vão poder tratar a questão urbanística das torres de transmissão de forma homogênea. “Nosso sistema de torres de serviço móvel, hoje, não consegue ter uma qualidade maior que 20% do que é oferecido internacionalmente, porque cada município adota uma postura diferente. Não existe sistema irradiante e isso deixa o serviço degradado”.

Ele acredita que, com a nova regra, as empresas naturalmente vão utilizar apenas uma infraestrutura e rapidamente a boa qualidade dos serviços de telefonia móvel será recuperada.

“O próprio Ministério das Comunicações e o governo estão interessados em investir para

que isso aconteça”, frisou.

Entenda

A proposta estabelece normas gerais para uma política urbana de proteção à saúde e ao meio ambiente, associadas à implantação de compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações.



Entre os principais pontos, o projeto estipula que o prazo para emissão de qualquer licença para a construção e/ou instalação de infraestrutura e de redes de telecomunicações em área urbana será de, no máximo, 60 dias. O prazo será contado a partir da data de apresentação do requerimento no órgão emissor do documento.

Ficou estabelecido ainda que equipamentos não poderão obstruir a circulação de veículos, pedestres ou ciclistas, contrariar parâmetros urbanísticos e paisagísticos aprovados para a área. A proposta segue para análise do Senado, já que foi modificada pela Câmara dos Deputados.

Martins defende isenção de pedágio para moradores das praças de cobrança

Com a intenção de isentar o condutor que reside e trabalha nos municípios onde há cobrança de pedágio, o deputado **Jaime Martins (MG)** apresentou, ontem (7), parecer favorável ao Projeto de Lei 2.858/11. O relatório foi aprovado, por unanimidade, pela Comissão de Viação e Transporte (CVT).

Para Martins, trata-se de uma questão de justiça. “O pedágio não pode retirar a liberdade de ir e vir do cidadão. Essa isenção é extremamente justa, uma vez que envolve pessoas que precisam passar várias vezes ao dia pelo posto de cobrança”.

Segundo Jaime, a empresa concessionária do posto de pedágio deverá criar cadastro para a verificação da procedência do condutor. A proposta segue para análise das comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).  

Plenário aprova em primeiro turno texto principal do Orçamento Impositivo

O plenário aprovou, na terça-feira (7), em primeiro turno, por 384 votos favoráveis e seis contrários, o texto principal da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 358/13, do Orçamento Impositivo. Os deputados da bancada votaram de forma unânime a favor da proposta. Na próxima terça-feira (13), os parlamentares devem votar os destaques à proposta, podendo ocorrer alterações no texto já apreciado.

O líder do PSD, deputado **Moreira Mendes (RO)**, disse que a aprovação foi um dos momentos mais importantes para o Parlamento. “Essa aprovação resgata a autoestima do parlamentar. A emenda é um direito do legislador e, na medida em que é aprovada, cabe ao governo impositi-



Deputado Moreira Mendes (RO)

vamente atender ao pleito e torná-lo realidade”. Ainda segundo ele, “é a emenda de um parlamentar que resolve o problema de um município”.

Pela proposta, o governo fica obrigado a executar 1,2% da receita corrente líquida do ano anterior. Em 2014, cada parlamentar apresentou R\$ 14 milhões em emendas.

Os destaques que serão apreciados na próxima semana dizem respeito, principalmente, à destinação de recursos para a saúde. O primeiro deles retira a obrigatoriedade de que 50% das emendas parlamentares individuais sejam destinadas à área.

Segundo Moreira, ainda não há consenso para a apreciação dos destaques. “Há divergências entre as bancadas e eu espero que o bom senso e a razoabilidade vençam para que possamos aprovar ou não as sugestões”, concluiu.

Abono de multa para quem ultrapassar sinal vermelho na madrugada é aprovado na CVT



Deputado Felipe Bornier (RJ)

A proposta que abona multa para ultrapassagem de sinal vermelho na madrugada foi aprovada, nes-

sa quarta-feira (7), pela Comissão de Viação e Transporte (CVT). O autor do Projeto, deputado **Felipe Bornier (RJ)**, explicou que durante a madrugada os índices de crime são maiores, e que ficar parado no sinal pode trazer sérias consequências aos motoristas e passageiros. O texto prevê o abono de multas para motoristas que avançarem o semáforo vermelho entre as onze da noite e cinco da manhã (PL 5.935/13).

“Temos observado em estatísticas e notícias que o número de casos de violência vem aumentando. Nessa situação [parar o carro no sinal de madrugada], o cidadão fica ainda mais vulnerá-

vel. Já vimos casos até de homicídios. Esses pardais próximos aos semáforos vêm sendo uma fábrica de arrecadação. O motorista acaba pensando duas vezes antes de proteger a si ou a sua família, por parar num momento inoportuno”, explicou.

Bornier registrou que a medida já vale em alguns estados por reivindicação popular. “Por exigência da população, as cidades de Niterói (RJ) e Porto Alegre (RS) adotaram a proposta e tem dado certo. Nosso objetivo é ampliar para todo o país”.

O texto segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

EXPEDIENTE

PSD - Partido Social Democrático

Líder do PSD: Moreira Mendes (RO)

Chefe de Gabinete: Murilo Mori

Editora-Chefe: Danielle Arouche

Redatora: Raquel Sacheto

Revisão: Rogério Oliveira

Diagramação: Jorge Ribeiro

Fotografia: Heleno Rezende e Cláudio Araújo

Reportagens: Carola Ribeiro, Luís Lourenço, Jaque Bassetto, Verônica Gomes e Danielle Marques

Liderança do PSD na Câmara dos Deputados - Anexo II
Assessoria de Imprensa - Sala 150B - Fone: 3215-9073

@psdcamara PSD Câmara



Acompanhe as matérias de áudio e vídeo no nosso site:

www.psdcamara.org.br

* Com informações da Assessoria de Imprensa